



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO AS EMPRESAS JBS E J&F EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM O BNDES E BNDES-PAR OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2016, QUE GERARAM PREJUÍZOS AO INTERESSE PÚBLICO, OS PROCEDIMENTOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS ACIONISTAS DAS EMPRESAS JBS E J&F (CPMI JBS)



REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Sr. **Carlos Zucolotto Junior**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem entre as suas sub-relatorias a de Investigação dos Vazamentos em Delações Premiadas e Aperfeiçoamento legislativo. Como objetivo geral a Sub-Relatoria deve investigar o modus operandi das delações premiadas de que trata a Lei nº 12.850/2013, com destaque para o papel dos vazamentos, bem como apresentar proposições legislativas que aperfeiçoem o instituto.

Este requerimento requer seja convocado o Sr. Carlos Zucolotto Junior, advogado trabalhista na cidade de Curitiba. Zucolotto é mencionado no áudio do depoimento dado por Rodrigo Tacla Duran aos subscritores deste requerimento e juntado aos documentos desta CPMI. O depoimento de Tacla Duran dado aos parlamentares revela a ocorrência de um verdadeiro mercado de delações premiadas e uma cadeia fechada de influência para sua efetivação:



CONGRESSO NACIONAL

WD: O senhor sabia, por exemplo, que a esposa do juiz Sergio Moro era sócia do escritório Zucolotto?

TD: Sim, soube depois.

WD: Depois?

TD: Depois que contratei ele. Antes de eu falar com ele sobre isso, sabia.

WD: Quando o senhor o procurou, o senhor já sabia que ela...

TD: Pra isso, sim. Pra falar se ele podia me ajudar com a negociação, eu sabia, sim.

PP: Como um escritório de advocacia pode ajudar a facilitar o processo de delações? Que tipo de relação é essa que o senhor esperava que ele pudesse ajudar?

TD: Eu me pautei um pouco, vamos dizer, no que o pessoal da UTC havia comentado e falado: “olha, a gente te arruma um advogado, pessoal da panela de Curitiba e tal”. Eu não queria um advogado vinculado à UTC, queria um advogado meu. Então, eu não aceitei isso. Mas aquela questão que eles falaram, que os advogados de Curitiba poderiam resolver e como eles já tinham experiência própria de haver feito o acordo do Ricardo e da própria companhia, eu entendi que aquilo tinha um fundamento. E como eu tinha um correspondente em Curitiba, não pra assunto penal, pra outros, eu o procurei pra perguntar, se ele não fosse, quem ele poderia indicar como advogado pra tratar desse assunto pra mim. E ele se prontificou a tentar aconselhar e resolver.

WD: As suas tratativas com o doutor Zucolotto se deram como, pessoalmente?

TD: Não, eu já estava nos Estados Unidos, viajando. Talvez estivesse até no Brasil em alguns dias, mas eu estava viajando bastante, porque eu já estava tocando também a colaboração com os Estados Unidos.

WD: Como se deram essas tratativas?

TD: Pelo Wickr Me.

WD: Wickr é o que criptografa?

TD: Ele apaga automaticamente as mensagens nos dois dispositivos.

WD: Quando o senhor se apresentou a ele, dizendo que queria contratar os serviços dele, como é que se desenvolveu a conversa?

TD: Eu me apresentei. Ele já sabia que eu era correspondente.

WD: Sua intenção era contratá-lo?

TD: Não, não foi no sentido de contratá-lo. Eu o procurei e falei: “olha, eu estou com um problema assim, pessoal, aí em Curitiba, a Lava-Jato, e não sei se você tem como ajudar, trabalhar nisso, ou se você pode indicar alguém”. E aí ele se ofereceu a trabalhar informações e saber como estava o caso.

WD: Ele fixou honorários?

TD: A priori, não. Ele ia levantar o caso.

PP: Essas tratativas que o senhor teve com ele, o senhor pode comprovar que elas efetivamente existiram?

TD: Sim, eu tenho as mensagens. Eu fotografei as mensagens.

PP: O senhor fotografou as mensagens?

TD: Sim.



CD/17849.98841-71



CONGRESSO NACIONAL

WD: Mas, vamos lá, qual é o conteúdo dessas tratativas? Porque, olha, o senhor está contratando serviços advocatícios, então, há...

TD: A priori, eu consultei ele, ele falou que ia verificar se havia possibilidade. Não falamos em honorários. Num segundo momento...

WD: Verificar o que?

TD: Verificar se haveria possibilidades, condições de fazer o acordo.

WD: Como ele iria verificar isso?

TD: Conversando com os contatos dele. Eu entendi que era o pessoal da procuradoria, uma tratativa, negociação normal.

WD: Ele tem um cliente procurador, não tem?

TD: Eu não sabia. Soube pela Folha de São Paulo. O doutor Carlos Fernando.

WD: É cliente dele?

TD: Eu soube pela Folha. Carlos Fernando dos Santos Lima. Então, conversando sobre isso, ele ficou de verificar, daí ele verificou, deu retorno, falou que havia possibilidade de reduzir a multa que estavam propondo. E que, então, eu pagaria um terço da multa, no acordo, e pagaria outro terço como honorários pra ele. A partir daí a gente faria minuta, essas coisas.

WD: Formalizariam um contrato de prestação de serviços e honorários?

TD: Não. A princípio, ele deixou claro que não. E eu também não avancei nessa conversa, porque, de fato, primeiro, eu não fiquei satisfeito com o que estava sendo proposto. Não em questão de valores, mas em questões pessoais, porque eu continuava tendo minha atividade criminalizada, como advogado, continuava sendo acusado de coisas que eu não havia cometido. E isso, em princípio, eu não aceitava. Então, como eu não aceitava essa questão pessoal, eu nem me preocupei com a questão financeira.

WD: Mas esse terço que seria destinado ao pagamento de honorários dele, como é que isso seria feito? Seria formalizado?

TD: Não, informal. Ele, a princípio, pediu informal.

WD: Informal, ou seja, por fora?

TD: Por fora. Isso.

PP: Que valor seria isso?

TD: Cinco milhões de dólares.

WD: Esses cinco milhões de dólares seriam pra ele, pra viabilizar o acordo?

TD: Exato. Com motivo de honorários.

WD: Sim, mas ele precisaria disso pra ele?

TD: Foi a forma como ele colocou. Se ele iria usar de outra forma, não sei.

PP: O senhor tem como nos disponibilizar cópia desse diálogo que o senhor teve com o doutor Zucolotto?

TD: Sim, eu submeti à perícia, aqui no exterior. Está sendo periciado.

PP: Essas tratativas que o senhor buscou o auxílio dele para melhorá-las, eram feitas com qual procurador?

TD: Com quem ele falou? Pra falar a verdade, ele não nominou.



CD/17849.98841-71



CONGRESSO NACIONAL

PP: O senhor tem cópia de uma minuta de uma proposta de acordo?

TD: Sim, o e-mail foi enviado pelos procuradores Robson Pozzobom, Carlos Fernando dos Santos Lima e Julio Noronha.

PP: Foram eles que encaminharam para o senhor?

TD: Enviaram numa sexta-feira e exigiam que eu fosse assinar na segunda.

PP: Isso, antes ou depois da conversa com o Zucolotto?

TD: Depois.

PP: Isso, fruto do trabalho do Zucolotto?

TD: Sim.

WD: Num dado momento, o Zucolotto traria o procurador para a negociação?

TD: É.

WD: Isso está escrito?

TD: Está nas mensagens.

WD: Me diga uma coisa: o juiz Sergio Moro afirmou peremptoriamente quando essas informações foram divulgadas, se não me engano, no jornal Folha de São Paulo, o juiz Sergio Moro veio em defesa do doutor Zucolotto dizendo que ele atua na área trabalhista e não atua na área criminal. Disse peremptoriamente. O que o senhor tem a comentar a esse respeito?

TD: Olha, o site do escritório do doutor Zucolotto tem o portfólio que ele atua, sim, na área criminal.

WD: Disse mais, o juiz Sergio Moro: “o relato de que o advogado em questão (Zucolotto) teria tratado o acusado foragido Rodrigo Tacla Duran sobre acordo de colaboração premiada é absolutamente falso”. Ou seja, esse documento que o senhor tem da troca de e-mails e a conversa registrada com o doutor Zucolotto desmentem o doutor Sergio Moro?

TD: Primeiro, eu não troquei e-mails com o doutor Zucolotto sobre esse assunto. Sobre esse assunto, eu troquei mensagens no Wickr. Há e-mails do meu escritório trocados com o doutor Zucolotto de anos, em razão dos trabalhos que ele prestava para o meu escritório, como correspondente.

WD: Eu me refiro aos e-mails dos procuradores.

TD: E-mail dos procuradores é absolutamente verdadeiro. Saiu da rede do MPF.

Por entender que a oitiva do convocado é fundamental para esta CPMI, notadamente para melhor compreender como são negociadas as delações premiadas e, se terceiros exercem tráfico de influência junto a autoridades públicas para sua efetivação, é o presente requerimento.

Deputado WADIIH DAMOUS (PT/RJ)





CONGRESSO NACIONAL

Deputado PAULO PIMENTA (PT/RJ)

Senador PAULO ROCHA (PT/PA)



CD/17849.98841-71